



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA -----VARA DA COMARCA DE ----

Referente ao Procedimento Administrativo nº -----.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, pelo Promotor(a) de Justiça signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro na Constituição Federal (artigo 129), na Constituição Estadual (artigo 97, inciso III), na Lei Orgânica do Ministério Público (Lei nº 8.625/93 - artigo 25, inciso IV, alíneas 'a' e 'b'), na Lei Complementar Estadual nº 13/91 e na Lei Federal nº 7.347/85, em seu artigo 5º, § 6º e arts. 814 e seguintes do Código de Processo Civil, **vem, perante Vossa Excelência, propor**

AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA OBRIGAÇÃO DE FAZER fundada em TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

em face do Município de -----, com sede na -----, -----
-----/MA, representado por seu Prefeito(a) -----, pelas razões de fato e de direito a seguir escandidas:

I – OBJETO DA DEMANDA

Através de ----- foi instaurado o procedimento administrativo em epígrafe visando acompanhar o cumprimento o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº -----, firmado entre o Ministério Público (Promotoria de Justiça de -----) e o Município de -----, tendo por objetivo a criação e estruturação do serviço de Controle Interno da citada urbe, criando cargos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

necessários, de natureza efetiva, com a obrigação de realização de concurso público para seu preenchimento.

Conforme ficou apurado no Inquérito Civil nº ----- que deu margem à que fosse firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ora executado, no Município de ----- não possui um serviço de controle interno devidamente criado e estruturado, conforme se aduz a seguir:

DESCREVER AS IRREGULARIDADES

No entanto, conforme se apurou, mesmo após o prazo de vigência do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, não foram adotadas as medidas necessárias a seu cumprimento, permanecendo a mesma realidade, ou seja, sem a criação e instalação do serviço de Controle Interno nesta municipalidade.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) possui eficácia de título executivo extrajudicial, conforme previsão contida no § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85, de modo a autorizar o ajuizamento dessa ação na modalidade executiva, consoante o disposto no art. 771 c/c o art. 784, XII, ambos do Código de Processo Civil.

Portanto, verifica-se o descumprimento do referido TAC. Para o cumprimento do que foi acordado, basta vontade política.

Todavia, nem a celebração de um negócio jurídico (TAC), nem a expedição de Recomendação (fls. -----) foram suficientes para o Município adotar as providências necessárias para regularizar a ausência de um quadro de cargos próprios de procuradores do órgão e os cargos administrativos necessários.

DO DIREITO

O Ministério Público do Estado do Maranhão é legitimado para promover a presente Ação de Execução, em virtude do que dispõe o artigo 778, § 1º, inciso I, do Código de Processo Civil, que segue:

Art. 778. Pode promover a execução forçada o credor a quem a lei confere título executivo.

§ 1º Podem promover a execução forçada ou nela prosseguir, em sucessão ao exequente originário:

I - o Ministério Público, nos casos previstos em lei;

A presente execução encontra previsão legal, porquanto se trata de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, instrumento previsto no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, ao qual é atribuída eficácia de título executivo extrajudicial, *in verbis*:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Art. 5º...

...

§ 6º - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, **que terá eficácia de título executivo extrajudicial**. (grifado)

Ante a inadimplência do executado, não há dúvida de que o descumprimento do TAC adquire *status* de título executivo extrajudicial. Logo, é cabível sua execução, de acordo com o artigo 786 do Código de Processo Civil:

Art. 786. A execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo.

Assim entende a jurisprudência:

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.** PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. DUPLICIDADE DE AÇÃO. FIXAÇÃO DE MULTA. VALOR EXCESSIVO. REDUÇÃO. 1. Não tendo a municipalidade cumprido com as obrigações assumidas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público, o documento é considerado título executivo extrajudicial, apto a embasar a ação de execução. 2. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. 3. Descabe falar em duplicidade de ações decorrentes do mesmo Termo de Ajustamento de Conduta, mormente considerando serem de naturezas diversas. 4. Verificada a excessividade da multa fixada em valor desproporcional às peculiaridades do caso concreto, bem como à própria finalidade do instituto, que é a de conferir efetividade aos acordos extrajudiciais, cabível a redução da mesma a um patamar razoável. REMESSA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDICAÇÃO 50327-45.2013.8.09.0105, Rel. DES. JEOVA SARDINHA DE MORAES, 6ª CAMARA CÍVEL, julgado em 26/04/2016, DJe 2019 de 03/05/2016).

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO. **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.** CEMITÉRIOS. ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. DESNECESSIDADE. LICENÇA E ADEQUAÇÃO DOS LOCAIS ÀS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. ARTIGO 515, §3º, DO CPC. MULTA POR DESCUMPRIMENTO. REDUÇÃO. RAZOABILIDADE. PRAZO. INCIDÊNCIA. 1- O Termo de Ajuste de Conduta, para ostentar eficácia de título executivo extrajudicial, prescinde da participação de duas testemunhas no ato de sua elaboração, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei 7.347/85. 2- (...) 7- Assim, pode o Poder Judiciário, em situações excepcionais, determinar que a Administração pública adote medidas assecuratórias desse



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

direito, reputado essencial pela Constituição Federal, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. 8- Nos termos do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85, os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que ter eficácia de título executivo cujo descumprimento autoriza a execução da multa nele prevista. 9- (...). 10- (...). APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. (TJGO, APELACAO CIVEL 331310-49.2012.8.09.0051, Rel. DES. MARIA DAS GRACAS CARNEIRO REQUI, 1A CAMARA CIVEL, julgado em 15/03/2016, DJe 1996 de 29/03/2016).

Por oportuno, o exequente requer, com fulcro no art. 814 do Código de Processo Civil, a aplicação de multa diária fixada no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) à pessoa do Prefeito -----, no caso de o agente político descumprir a decisão que determinar o cumprimento do TAC.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, o Ministério Público requer:

a) a citação do executado, na pessoa de seu representante, Prefeito(a) -----, para, nos termos dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil:

1 – promover, no prazo máximo de 03 (três) meses a contar de sua notificação, a implantação do sistema de controle interno baseada na adoção de instrumentos mínimos de controles administrativos, financeiros e patrimoniais, inclusive mediante edição de lei com esse fim, cabendo-lhe proceder notadamente:

1.1 – guarda de toda documentação de forma organizada e que possibilite o seu exame quando necessário;

1.2 – avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de Governo e do orçamento do Município (CF/88);

1.3 – exercício do controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município (CF/88);

1.4 – apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (CF/88), inclusive no acompanhamento das fiscalizações feitas pelo Tribunal de Contas;

1.5 – normatização, sistematização e padronização dos procedimentos operacionais dos órgãos municipais, observadas as disposições da Lei Orgânica e demais normas do Tribunal de Contas do Estado;

1.6 – verificação da consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelecido no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

1.7 – exercício do controle das operações de crédito, garantias, direitos, e haveres do Município;

1.8 – verificação da adoção das providências para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária, nos limites de que trata o art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

1.9 – verificação e avaliação da adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

1.10 – verificação da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101 de 2000;

2 – prover, no prazo máximo de 06 (seis) meses a contar de sua notificação, os cargos do órgão central do sistema de controle interno do município, com servidores efetivos estáveis, deflagrando, realizando e homologando, caso necessário, concurso público de provas ou provas e títulos, bem como nomeando em seguida o(s) candidato(s) aprovado(s);

3 – prover, no mesmo prazo supra, o cargo de chefia do órgão central do sistema de controle interno, preferencialmente por servidor efetivo concursado/

4 – comunicar ao Tribunal de Contas do Estado e à Procuradoria-Geral de Justiça as medidas definitivas adotadas para implantação/adequação do órgão de controle;

5 – Nomear e empossar os aprovados no citado certame no prazo de sessenta (60) dias, contado do término do concurso, ressalvado o período impeditivo de nomeação previsto na Lei 9.504/97, art. 73, V, se for o caso e, ainda, art. 22, parágrafo único da Lei Complementar 101/00 (LRF);

b) no caso de verificação do descumprimento das demais providências, subsequentes, seja aplicada multa diária à pessoa do Prefeito, nos termos do art. 536, § 1º e art. 537, ambos do CPC, revertendo o valor da multa em favor do FEDD – Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos do Maranhão, instituído pela Lei Estadual nº 10.417/2016 (Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 8314-8, Banco do Brasil. CNPJ nº 09.556.140/0001-15);

c) a comunicação pessoal dos atos processuais, nos termos do artigo 272 do Código de Processo Civil e do artigo 41, IV, da Lei nº 8.625/93, a este(a) Promotor(a) de Justiça, subscritor(a) desta peça.

Para provar o alegado, o Ministério Público protesta pela produção de todas as provas admitidas em direito, em especial, a juntada dos documentos que compõem a presente Ação de Execução.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para fins fiscais.

Termos em que

Pede e Aguarda deferimento.

----- /MA, --- de ----- de 201--.

Promotor(a) de Justiça